

IBSEN: CONTRADIÇÕES.

Deputado participou de arquivamento do pedido de uma CPI do Orçamento em 91

Ao contrário do que disse quinta-feira no depoimento à CPI do Orçamento, o deputado Ibsen Pinheiro teve participação decisiva no arquivamento do pedido de instalação de uma CPI que investigaria irregularidades no Orçamento. O requerimento solicitando a instalação foi apresentado no dia 16 de novembro de 1991 e a decisão pelo arquivamento ocorreu no dia 11 de maio de 1992, durante reunião conjunta das Mesas do Senado e da Câmara. A assinatura de Ibsen é a primeira da ata da reunião. Por proposta de Ibsen, as Mesas do Senado e da Câmara decidiram pelo arquivamento de nove pedidos de instalação de CPIs e avocação, pela Mesa do Senado, da então CPI do Orçamento. Naquela época, treze Comissões estavam em funcionamento. Na ata, o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), argumentou que a reunião se fazia para discutir o elevado número de propostas de CPIs, que comprometia o orçamento do Senado e sobrecarregava o andamento dos trabalhos nas duas casas.

Ibsen ratificou as palavras de Benevides e acrescentou que, na maioria das vezes, as propostas de CPIs escapavam "aos pressupostos regimentais para sua criação, usurpando em muitos casos a competência das comissões permanentes e das Mesas Diretoras". Ibsen sugeriu, então, que se fizesse uma revisão das propostas referentes às CPIs ainda não instaladas. Pediu, ainda, que o procedimento passasse a ser adotado como rotina das duas Mesas, para



Ibsen: nomeações tardias.

os requerimentos encaminhados a partir daquela data. As sugestões de Benevides e de Ibsen foram aprovadas por unanimidade.

A ata da reunião, realizada às 18h10 no gabinete de Benevides, foi obtida com exclusividade pelo JT. Documentos arquivados na Mesa do Congresso comprovam, ainda, que o Senado apontou a tempo os integrantes da CPI que seria criada, mas a Câmara não. Ibsen só encaminhou os nomes dos deputados à Mesa do Senado no dia 11 de maio de 1992, no mesmo dia da decisão pelo arquivamento e seis meses depois do pedido de abertura.

Durante o depoimento de Ibsen na última quinta-feira, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), fez a última pergunta ao ex-presidente da Câmara. E foi ardiloso: quis saber se tinham sido entregues "a destempo" (fora do tempo, inopportunamente). Ibsen respondeu que sim. Foi considerado o ponto

mais importante do depoimento de Ibsen, pois confirmou que ele, além de ter nomeado os "anões" do PMDB para o Orçamento, não se empenhou na abertura da CPI.

No seu depoimento, Ibsen disse que não havia número de senadores nem de funcionários para a instalação da outra CPI. E responsabilizou a Mesa do Senado pelo arquivamento da Comissão requerida pelo deputado Jaques Wagner (PT-BA), para apurar "eventuais procedimentos irregulares graves ocorridos com recursos públicos federais repassados através de convênios com diversos municípios por parte da Comissão Mista de Orçamento".

Nesta semana, o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) vai apresentar requerimento à CPI solicitando que o funcionário do Congresso Roberval Batista de Jesus seja ouvido como testemunha. Roberval foi demitido em 1991, depois de escrever um relatório denunciando que a estrutura da comissão de orçamento facilitava as irregularidades.

"Os fatos mostram que havia um pessoal que controlava o orçamento e, naquela época, o pedido de instalação de uma CPI para apurar os fatos foi arquivado" lamenta Sigmaringa. Ele acha que Roberval poderá esclarecer muitos fatos envolvendo aquela CPI. Na próxima reunião da Mesa do Congresso, os integrantes da Comissão deverão decidir também sobre um requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para convocar o senador Mauro Benevides (PMDB-CE).